

A Conjuntura Brasileira e o Panorama Econômico Mundial

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Conferência pronunciada na Escola
Superior de Guerra no corrente ano

É do conhecimento geral que as condições da economia mundial se deterioraram sensivelmente desde o início de 1974 com a crise do petróleo, com o surgimento de problemas de inflação, balanço de pagamentos e desemprego no bloco desenvolvido, Sabe-se, também, que a crise internacional refletiu-se sobre a economia brasileira, embora a tônica do atual Governo tenha sido a de envidar todos os esforços no sentido de minimizar esses impactos desfavoráveis. Pretendo nesta palestra descrever esses dois problemas e tecer algumas considerações sobre os rumos que deverão orientar a economia brasileira nos próximos anos.

Até 1973 os países desenvolvidos foram bafejados por uma onda de crescente prosperidade, que culminou com um crescimento real de 6,2% do produto dos países da OECD em 1973. As perturbações monetárias e a inflação também se foram agravando, a alta geral de preços tendo atingido a casa dos 7% em 1973. A crise do petróleo, em 1974 subverteu por completo a ordem econômica internacional, duplicando as taxas de inflação, provocando *deficits* sem precedentes na conta-corrente dos países desenvolvidos e provocando em alguns a estagnação, em outros a recessão.

Entre março de 1974 e março de 1975 a maior parte do mundo desenvolvido experimentou um fenômeno para ele inteiramente novo, o da chamada inflação de dois dígitos. As-

sim, a alta dos preços ao consumidor chegou a 10,3% nos Estados Unidos; 11,3% no Canadá; 13,5% na França; 14,2% no Japão; 20,3% na Itália; 21,2% na Grã-Bretanha (Quadro I). É fácil imaginar o trauma que tais ritmos de inflação iriam causar a sociedades acostumadas à relativa estabilidade monetária. Ao mesmo tempo, o aumento brutal nas contas de importação do petróleo levou os países da OECD, na sua tradicional posição superavitária em conta-corrente para um déficit da ordem de 13,2 bilhões de dólares em 1974.

QUADRO I

AUMENTO DO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

(MARÇO DE 1974 A MARÇO DE 1975)

<i>País</i>	<i>(%)</i>
Alemanha Ocidental	5,9
Suécia	7,3
Suíça	8,3
Áustria	9,2
Portugal	9,7
Holanda	10,0
Estados Unidos	10,3
Luxemburgo	10,5
Canadá	11,3
Noruega	11,8
Dinamarca	13,4
França	13,5
Grécia	14,2
Japão	14,2
Bélgica	14,4
Espanha	18,0
Finlândia	18,5
Itália	20,3
Grã-Bretanha	21,2
Turquia	25,0

Para conter a inflação e corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos, os países desenvolvidos apelaram, em maior ou menor escala, para as medidas clássicas de contenção monetária e fiscal. Ao mesmo tempo, procuraram restringir

em apreciável escala o consumo de petróleo e derivados. Ambas essas medidas, no entanto, iriam provocar inevitáveis impactos recessivos. A economia de combustíveis levou a crise à indústria automobilística, e, como conseqüência, aos inúmeros setores dependentes. A incerteza quanto ao emprego levou à recessão a construção civil. O aperto da liquidez real, por sua vez, serviu como um freio global à expansão da atividade econômica. Assim, já em 1974, os países da OECD apresentaram, em seu conjunto, uma queda de 0,2% no seu produto real, em comparação com os 6,2% de crescimento em 1973. Alguns países, como o Canadá, a França e a Itália ainda conseguiram sustentar taxas de crescimento superiores a 3%. Em compensação, na Alemanha Ocidental o produto Real aumentou de apenas 0,4% e nos Estados Unidos e no Japão registraram-se quedas de, respectivamente 2,1% e 1,8%.

Uma análise do comportamento recente da economia mundial aponta os seguintes aspectos principais:

a) os países desenvolvidos conseguiram melhorar seus balanços de pagamentos muito mais depressa do que se poderia crer. Em 1974 esses países apresentaram na sua conta-corrente um déficit de 13,9 bilhões de dólares, resultante da combinação de um superavit em conta-corrente de 12,1 bilhões de dólares da Alemanha Ocidental com um déficit de 26,0 bilhões dos demais países. Os maiores déficits se registraram na Grã-Bretanha (8,2 bilhões), Itália (6,8 bilhões), França (5,5 bilhões), Japão (4,5 bilhões) e Canadá (2,1 bilhões) (Quadro II); estima-se que no corrente ano o déficit total desses países em conta-corrente se reduza a 1,3 bilhões; essa estimativa pressupõe alguma piora do balanço no segundo semestre como resultado de uma certa recuperação econômica. Com efeito, no primeiro trimestre, o que se verificou foi um superavit de 3,5 bilhões de dólares na conta-corrente desses países (Quadro III);

b) em matéria de taxa de inflação projeta-se uma certa melhoria para 1975, exceto nos casos da Itália e da Ingla-

QUADRO II

SALDOS EM CONTA-CORRENTE

(EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1973	1974	1975 (Projeção)
1) Países da OPEP	5,7	70,0	52,6
2) Países Industriais	9,2	— 13,9	— 1,3
Canadá	— 0,5	— 2,1	— 4,9
Estados Unidos	2,4	1,4	2,5
Japão	—	— 4,5	0,7
França	— 0,1	— 5,5	— 3,3
Alemanha Ocidental	6,8	12,1	12,3
Itália	— 1,3	— 6,8	— 3,0
Grã-Bretanha	— 1,9	— 8,2	— 4,8
Outros	3,8	— 0,3	0,6
3) Países Intermediários	1,3	— 13,5	— 11,5
4) Países Subdesenvolvidos	— 8,9	— 27,2	— 35,7
5) Outros Países (fora do FMI)	— 7,3	— 15,4	— 4,1

QUADRO III

SALDOS EM CONTA-CORRENTE

(EM BILHÕES DE DÓLARES)

País	4º Trimestre/1974	1º Trimestre/1975
Estados Unidos	— 1/4	+ 1/4
Canadá	— 1	— 1/4
Japão	0	+ 1/2
Bélgica—Luxemburgo	+ 1/4	+ 1/2
França	— 3/4	0
Alemanha Ocidental	+ 2½	+ 2½
Itália	— 2	— 1/2
Holanda	+ 1/2	+ 3/4
Grã-Bretanha	— 2¼	— 3/4
TOTAL	— 3	+ 3½

terra. A redução do ritmo inflacionário, todavia, deverá processar-se num ritmo bem mais lento do que o da redução dos *deficits* em conta-corrente, pelos efeitos de realimentação e pela pressão dos sindicatos (Quadro IV);

QUADRO IV

AUMENTO ANUAL DO DEFLATOR IMPLÍCITO DO PNB (%)

<i>País</i>	<i>Média Anual 1960/1970</i>	<i>1972</i>	<i>1973</i>	<i>1974</i>	<i>1975 (Projeção)</i>
Canadá	3,0	5,0	7,6	13,1	11,1
Estados Unidos	2,7	3,4	5,6	10,3	9,3
Japão	4,8	5,0	11,1	20,9	12,6
França	4,3	6,0	7,2	9,6	9,0
Alemanha Ocidental	3,5	5,9	5,9	6,6	6,3
Itália	4,4	5,9	10,3	16,3	19,3
Grã-Bretanha	4,3	7,7	7,4	12,6	23,3
Outros países industrializados	4,5	7,3	7,9	9,8	10,0
MÉDIA OECD	3,4	4,8	7,0	11,7	10,8

c) a melhoria do balanço de pagamentos e da inflação deveu-se a três fatores básicos: i) às políticas monetárias e fiscais bastante restritivas adotadas pelos países desenvolvidos; ii) às medidas de economia de energia, muito facilitadas pelo inverno brando no hemisfério norte; iii) ao aumento das importações dos países da OPEP, em ritmo muito mais veloz do que se poderia prever;

d) o combate à inflação e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos levou os países desenvolvidos à mais profunda crise econômica desde a década de 1930 (Quadro V). Como se disse, já em 1974 os países da OECD apresentaram uma queda de 0,2% no seu produto real, contra um crescimento de 6,2% em 1973. Para 1975 prevê-se uma queda média de 1,1% no produto real desses países, sendo a mais acentuada a de 4,0% nos Estados Unidos. Atualmente o problema mais angustiante desses países é o do desemprego, o qual chegou a 4% na França, 5% na Alemanha e 9% nos Estados Unidos.

e) a melhoria do balanço de pagamentos e a contenção da inflação levou naturalmente esses países a procurarem ativar as suas economias via políticas monetária e fiscal. Há esperanças de uma recuperação no segundo semestre do corrente ano, mas os resultados ainda são incertos, particularmente nos Estados Unidos;

QUADRO V

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL (%)

<i>País</i>	<i>Méd. Anual 1960/1970</i>	<i>1972</i>	<i>1973</i>	<i>1974</i>	<i>1975 (Projeção)</i>
Canadá	5,2	5,8	6,8	3,7	— 0,7
Estados Unidos	4,0	6,2	5,9	— 2,1	— 4,0
Japão	11,4	8,7	10,2	— 1,8	2,3
França	6,0	5,7	6,0	3,9	1,8
Alemanha Ocidental	4,9	3,4	5,3	0,4	0,5
Itália	5,7	3,1	6,3	3,4	— 2,0
Grã-Bretanha	2,7	3,4	5,4	0,3	0,8
Outros Países industrializados	4,9	4,7	4,2	2,7	1,1
MÉDIA OECD	4,8	5,7	6,2	— 0,2	— 1,1

f) os países dito “intermediários” (Austrália, Finlândia, Grécia, Islândia, Irlanda, Malta, Nova Zelândia, Portugal, África do Sul, Espanha, Turquia e Iugoslávia) tiveram no ano passado um déficit em conta-corrente de 13,5 bilhões de dólares; segundo as projeções do F.M.I., esse déficit deverá, no corrente ano, reduzir-se para 11,5 bilhões;

g) os países subdesenvolvidos, que no ano passado apresentaram 27,2 bilhões de dólares de déficit em conta-corrente, deverão, no corrente ano, piorar o seu saldo negativo para 35,7 bilhões. É provável que surjam problemas de financiamento desse déficit, sobretudo para os países de renda mais baixa;

h) um resultado da recessão foi a considerável melhoria da liquidez internacional por falta de tomadores de empréstimos. Assim, a “prime rate” dos Estados Unidos baixou

do pico de 12% em agosto do ano passado para 7,5% em março deste ano. A "London Interbank Rate", que esteve acima de 13%, encontra-se abaixo de 7% no momento. Esse é, aliás, o ciclo normal das taxas de juros em resposta a uma política de aumento da liquidez, como a que foi praticada pela maioria dos países desenvolvidos no ano passado. Numa primeira fase, em que os investimentos persistem em alto nível por compromissos anteriores, as taxas de juros sobem consideravelmente. Numa segunda etapa, a baixa de investimentos e a conseqüente redução do nível de atividade econômica provoca a folga da liquidez e a redução do custo do dinheiro. É possível, todavia, que a recuperação internacional, no segundo semestre, piore a liquidez e aumente as taxas de juros.

Seria utópico imaginar que o Brasil pudesse escapar, sem arranhões, a toda essa tormenta internacional. A orientação do Governo tem sido a de reduzir ao mínimo esses impactos vindos do exterior, preservando o quanto possível a taxa de crescimento da atividade econômica a curto prazo e, sobretudo, mantendo um alto nível de investimentos capaz de assegurar o futuro dinamismo da economia brasileira.

Como se sabe, o primeiro impacto da conjuntura internacional sobre o nosso desempenho econômico em 1974 foi o recrudesimento das pressões inflacionárias. Para citar um único indicador, o índice geral de preços, durante o ano, subiu de 34,5%, taxa superior a todas aquelas que vinham sendo registradas desde 1967. Esses 34,5%, todavia, resultaram de duas tendências nitidamente distintas ao longo do ano. Uma, de inflação acelerada, no primeiro semestre, quando os preços subiram, em média, de 3,5% ao mês. E uma outra bem mais branda, correspondente a uma alta média mensal de 1,6% na segunda metade do ano. A queda do ritmo inflacionário no segundo semestre não foi, obviamente, obra do acaso, mas da fiel execução do programa de combate à inflação aprovado pelo Presidente Geisel em abril de 1974.

O primeiro instrumento clássico utilizado para o combate à inflação foi a contenção da expansão dos meios de

pagamento. Desde meados do ano passado, essa política vem sendo guiada pelos orçamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional, os quais procuram conciliar o declínio do ritmo inflacionário com a sustentação de um nível satisfatório de crescimento econômico. Em 1974 foi necessário desdobrar a política monetária em duas fases: a primeira, correspondente a uma dieta de emagrecimento, se estendeu até setembro, com vistas a debelar as excessivas tensões inflacionárias. Já no final do ano, com a inflação sob controle, foi possível aumentar significativamente a liquidez real do sistema econômico. Ao longo do ano a expansão de meios de pagamento situou-se em 34% — cifra extremamente próxima dos 35% previstos no orçamento monetário. Já os empréstimos ao setor privado subiram em proporção bem superior às previsões. Entre 31 de dezembro de 1973 e 31 de dezembro de 1974, os empréstimos ao setor privado concedidos pelo Banco do Brasil aumentaram de 77,5%, e os dos bancos comerciais, de 44,7%; no total, o aumento de empréstimos bancários ao setor privado situou-se em 57,2%. A possibilidade de aumentar esses empréstimos bem além das previsões, sem romper a meta de expansão de meios de pagamentos, deveu-se a dois fatores contracionistas não previstos no Orçamento Monetário: a queda de reservas cambiais e o aumento dos recursos próprios das Autoridades Monetárias, bem além das estimativas. O *superavit* do Tesouro também exerceu impacto contracionista, mas foi compensado pela menor colocação de títulos federais junto ao público (ORTNs e LTNs).

Para 1975, o novo Orçamento Monetário, aprovado em janeiro, prevê uma expansão de 30% nos meios de pagamento, com uma distribuição bem mais metódica da liquidez ao longo do ano. A expansão global dos empréstimos ao setor privado pelo sistema bancário está programada em 42,2%, sendo 51,4% para o setor rural e 37,5% para as demais atividades.

Na realidade, no início de 1975 o problema que surgiu não foi o de conter a expansão, mas a queda dos meios de pagamento. Devido a oscilações imprevistas nas contas liga-

das ao Governo e ao comércio exterior, nos dois primeiros meses do ano a oferta monetária contraiu-se de 7,2%, com reflexos recessivos sobre vários setores do comércio e da indústria. Os instrumentos convencionalmente utilizados para a injeção de meios de pagamentos, como as operações de "open-market", se mostravam impotentes para neutralizar uma queda desse porte. A solução encontrou-se na inventiva brasileira, que descobriu um novo instrumento de política monetária: o refinanciamento compensatório, que é concedido pelo Banco Central aos Bancos Comerciais, na proporção dos seus depósitos, à taxa atrativa de 6% ao ano e sem correção monetária. Trata-se de uma espécie de anti-redesconto: o redesconto é um empréstimo que se concede aos bancos comerciais a taxas punitivas, por terem emprestado demais. O refinanciamento compensatório é concedido a taxas atrativas pelo fato de os bancos, por motivos alheios à sua vontade, terem emprestado de menos. Com esse novo instrumento, desaparece qualquer perigo de uma nova crise de liquidez. E o volume em circulação desses refinanciamentos, que podem ser renovados, ampliados ou contraídos, representa uma excelente massa de manobra para uma execução precisa do Orçamento Monetário.

O segundo instrumento de combate à inflação foi a política fiscal, a qual vem sendo conduzida de modo a manter o orçamento da União em equilíbrio (em 1974, de fato, registrou-se um superavit de caixa, mas essa não será a pretensão do Governo para os próximos anos), e a melhorar o nível de equidade e funcionalidade do sistema tributário. Em 1974 foram introduzidas reformas bastantes profundas na legislação do Imposto de Renda, no tocante ao aumento da faixa de descontos na fonte, à melhor disciplina da correção monetária e da manutenção do capital de giro, à eliminação de incidências na transferência de lucros entre empresas, e aos incentivos fiscais às pessoas físicas e jurídicas. Nesse campo, poucas modificações se podem prever para 1975, e dentro em breve deverá ser publicado um novo Regulamento do Imposto de Renda consolidando a legislação existente. Entre as modificações a serem introduzidas, resta apenas uma de grande

importância, em tramitação no Congresso Nacional: a uniformização da tributação dos lucros das Sociedades de Economia Mista. Nesse sentido, há que se respeitar o dispositivo constitucional que determina que as empresas públicas que exerçam atividade não monopolizada tenham o mesmo tratamento fiscal das empresas privadas. Quanto aos impostos indiretos, o Governo tem procurado utilizá-los com flexibilidade, de modo sobretudo a incentivar as exportações de produtos industriais e a aquisição de máquinas de produção nacional e a ativar a demanda nos setores que eventualmente demonstrem capacidade ociosa. Nesse sentido, há que registrar o Decreto-lei n.º 1.335, o qual estendeu às vendas de máquinas de fabricação nacional os incentivos às exportações, sempre que se verificar acordo na CACEX; as recentes reduções do IPI sobre têxteis, eletrodomésticos, móveis, calçados e outros produtos industriais que encontravam dificuldades de mercado; e as inúmeras providências administrativas do Ministério da Fazenda ampliando a gama dos incentivos às exportações.

Um terceiro elemento do programa antiinflacionário foram os controles de preços pelo CIP e pena SUNAB. Esses controles representam um instrumento auxiliar importante de combate à inflação, na medida em que colaboraram para a reversão de expectativas para impedir manobras altistas de oligopólio. Os controles, todavia, para se mostrarem eficazes, devem passar por dois testes: a) assegurar adequada remuneração aos produtores; b) não gerar desequilíbrio de oferta e procura. As listas de preços máximos CIP — SUNAB nos supermercados têm funcionado satisfatoriamente dentro dessa orientação, contribuindo para freiar os aumentos do custo de vida. Os controles de preços industriais pelo CIP, por sua vez, têm caminhado para uma sistematização bem mais racional, com a ampliação dos setores em liberdade vigiada e com a elaboração de matrizes de custos para os acordos setoriais. Para orientar as empresas o CIP publicará, dentro em breve, um manual de critérios de reajustes.

Graças a esse conjunto de medidas já estamos claramente na fase descendente do processo inflacionário (Quadro VI).

No primeiro semestre de 1974, os aumentos no índice do custo de vida no Rio de Janeiro, do índice geral de preços por atacado e do índice geral de preços foram, respectivamente, de 20,8%, 23,3% e 22,6%. No primeiro semestre de 1975 esses aumentos caíram para, respectivamente, 13,5%, 12,1% e 12,8%. Como conseqüência, os indicadores da inflação dos últimos doze meses registraram apreciável queda em relação ao ano calendário de 1974. Entre dezembro de 1973 e dezembro de 1974 os três índices citados subiram de, respectivamente, 33,8%, 35,4% e 34,5%. Já de junho de 1974 a junho de 1975, essas taxas caíram para 25,5%, 23,1% e 23,9%. É importante notar que esse declínio do ritmo inflacionário foi conseguido ao mesmo tempo em que se colocava em vigor uma fórmula de política salarial bem mais equitativa do que a anteriormente vigente, a qual vem corrigindo automaticamente as subestimativas do resíduo inflacionário registradas no passado. Ressalte-se ainda que o instituto da correção monetária neutraliza grande parte das distorções classicamente associadas à inflação: 25% de inflação anual com indexação provavelmente representam fenômeno bem menos alarmante do que 10% de alta de preços num país cuja legislação se baseie na presunção da estabilidade monetária.

QUADRO VI INDICADORES DA INFLAÇÃO

<i>Índices</i>	<i>Aumentos Percentuais no 1.º Semestre</i>	
	<i>1975</i>	<i>1974</i>
Custo de Vida — Rio	13,5	20,8
Geral de Preços por Atacado	12,1	23,3
Geral de Preços	12,8	22,6

<i>Índices</i>	<i>Aumentos no Período de 12 Meses</i>	
	<i>Dez 73/Dez 74</i>	<i>Jun 74/Jun 75</i>
Custo de Vida — Rio	33,8	25,5
Geral de Preços por Atacado	35,4	23,1
Geral de Preços	34,5	23,9

O segundo impacto da crise externa sobre a economia brasileira processou-se no balanço de pagamentos. Em 1974,

apesar das dificuldades do quadro internacional, nossas exportações não decepcionaram, chegando a quase 8 bilhões de dólares. As importações, todavia, foram muito além das expectativas, atingindo a casa dos 12,5 bilhões de dólares. Assim, de um balanço de pagamentos tradicionalmente próximo ao equilíbrio saltamos para uma posição deficitária de 4,6 bilhões de dólares. A alta dos preços do petróleo justificava naturalmente um *deficit* de 2 bilhões. Os 2,5 bilhões restantes resultaram de um substancial aumento de importações de aço, produtos químicos, papel e celulose, metais não ferrosos e bens de capital. Um diagnóstico sumário desse excesso de importações aponta que ele se originou em três fatores: a) no grande volume de importações governamentais; b) na formação de estoques especulativos de certos produtos, como aço e fertilizantes; c) na superexcitação da demanda global no primeiro semestre de 1974. Somando-se o *deficit* dos serviços, chegou-se a um *deficit* em conta-corrente da ordem de 6,9 bilhões de dólares. O financiamento desses *deficit* não causou maiores problemas, devido ao ingresso líquido de cerca de 5 bilhões de capitais de empréstimo e 900 milhões de dólares de capital de risco. Os níveis de endividamento externo no final de 1974 — 17,3 bilhões de dólares de dívida bruta e 12,1 bilhões de dívida líquida — também estão longe de causar apreensão ou de se aproximar de qualquer nível crítico; a dívida se encontra bem escalonada e o coeficiente dívida líquida/exportações, da ordem de 1,5, mantém a excelente credibilidade externa do país.

Como percentagem das exportações, os encargos de amortização e juros são até menores hoje do que há poucos anos atrás. O problema fundamental está em que um *deficit* em conta-corrente de 6,9 bilhões de dólares pode ser tolerado num ano de transição, mas não pode ser repetido por anos consecutivos, sob pena de o país se endividar em bola de neve. Toda a política econômica dos próximos anos terá que se condicionar à redução desse *deficit* à sua configuração normal, e à eliminação do seu principal componente, o *deficit* comercial.

Um desequilíbrio comercial de 4,6 bilhões de dólares, como o que exibimos no ano passado, não se corrige por medidas unilaterais. Temos que atacá-lo nas duas frentes, contendo as importações e estimulando as exportações. As novas condições da economia mundial recomendam, para o Brasil, um esforço concentrado de substituição de importações, particularmente nas áreas do petróleo, de siderurgia, de metalurgia não ferrosa, da indústria química e de fertilizantes, do papel e celulose e da produção de bens de capital, nas linhas traçadas no II PND. As recentes descobertas de recursos naturais tornam, nesse sentido, extremamente pujantes as perspectivas da economia brasileira para o final da década. Substituição de importações, todavia, é processo que demanda tempo; que, pela experiência histórica, não chega a conduzir à queda do nível das importações, mas apenas suaviza a sua taxa de crescimento; e, mais ainda, que numa primeira etapa, enquanto se implantam os projetos, exige importações adicionais de equipamentos. Em suma, o esforço de substituição de importações não dispensa outras medidas de curto prazo de contenção das compras externas, e terá que ser necessariamente acompanhado de fortes estímulos ao aumento de exportações.

As medidas de curto prazo tomadas para a contenção das importações são bem conhecidas: a orçamentação das compras governamentais no exterior, as quais deverão situar-se aproximadamente 10% abaixo dos níveis registrados em 1974; a elevação das alíquotas aduaneiras para as importações menos essenciais; os programas de desestocagem de vários produtos, como aço e fertilizantes; e a exigência de pagamento à vista de inúmeras importações, inclusive todas aquelas com alíquotas aduaneiras acima de 37%. As estatísticas dos primeiros meses de 1975 mostram que essas medidas estão surtindo os efeitos desejados. A média mensal das importações tem-se mantido em torno de 1 bilhão de dólares, não obstante o apreciável crescimento do item "bens de capital" — um saudável indicio de que os investimentos per-

QUADRO VII
PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES — JANEIRO A MAIO

ITEM	QUANTIDADES (TONELADAS)			VALORES (US\$ 1.000,00)		
	1974	1975	Variação (%)	1974	1975	Variação (%)
Cereais	841.240	248.952	- 70,4	177.294	53.231	- 70,0
Combustíveis minerais	14.987.088	15.827.515	+ 5,6	1.126.297	1.238.903	+ 10,0
Fertilizantes	1.372.135	646.907	- 52,9	135.393	102.142	- 24,6
Outros Produtos Químicos	739.110	742.757	+ 0,5	456.326	472.655	+ 3,6
Borracha e Plásticos	142.039	107.052	- 24,6	149.284	118.141	- 20,1
Papel e Celulose	270.523	149.948	- 44,6	110.360	94.852	- 14,1
Materiais têxteis	31.918	25.428	- 20,3	78.105	45.106	- 42,2
Ferro e Aço	1.675.357	1.652.875	- 1,3	505.010	710.329	+ 40,7
Métals não Ferrosos	154.813	131.484	- 15,1	235.332	172.281	- 26,8
Máquinas, aparelhos, mate- rial elétrico	171.390	228.047	+ 33,0	880.025	1.298.173	+ 47,5
Material de Transporte	54.864	56.079	+ 2,2	197.402	276.354	+ 40,0
Instrumento de ótica, relo- joaria, medicina, som, etc.	6.383	5.463	- 14,4	138.515	146.317	+ 5,6

manecem em nível elevado. (Quadro VII). O que se espera dessas medidas, todavia, é que elas evitem o crescimento, mas não que baixem consideravelmente as importações, o que nos custaria muito em termos de perda do crescimento econômico. A melhoria do balanço comercial há assim que resultar do incremento das exportações.

Para um país como o Brasil, aumentar as exportações numa época de retração dos mercados mundiais e de recrudescimento do protecionismo é tarefa que exige habilidade e imaginação, mas que está longe de se mostrar inviável. O fato de ainda sermos pequenos no quadro do comércio mundial nos permite penetrar com aquilo que se poderia intitular o efeito-cunha: compensaremos as dificuldades neste ou naquele produto tradicional de exportação ingressando no comércio internacional com novos produtos não tradicionais, em novos mercados e com melhores métodos de comercialização. As estatísticas falam melhor do que quaisquer conjecturas sobre as possibilidades desse efeito-cunha. Já assinalamos que em 1974, apesar de todas as dificuldades da conjuntura internacional, conseguimos aumentar em 25,8% o valor de nossas exportações. A comparação dos cinco primeiros meses de 1975 com período correspondente de 1974 indica uma taxa de crescimento ainda mais animadora, de 40,2%. Por certo enfrentamos dificuldades em vários itens da nossa pauta, como o café, o cacau, o algodão, os produtos têxteis, o óleo de mamona e a carne. Mas essas dificuldades foram mais do que superadas pelos grandes aumentos nas vendas ao exterior de açúcar, soja, milho, minérios, produtos siderúrgicos, sucos, máquinas, material de transporte, calçados e madeira.

Enquanto as exportações em dólares cresciam de 40,2%, o aumento das importações se limitava a 9,7% — e isso apenas pelo efeito-preço, pois as quantidades globais caíram. Assim, o *deficit* comercial dos 5 primeiros meses de 1975 situou-se 26,3% abaixo do correspondente ao mesmo período de 1974 (QUADRO VIII). Os dados de autorizações de importações pela CACEX permitem antever, para os próximos

meses, a sua estabilização em torno da média mensal de um bilhão de dólares. Já as exportações aumentam tradicionalmente no segundo semestre. Assim já deveremos ter em 1975 uma apreciável redução do *deficit* comercial, presumivelmente da ordem dos 40%. Os ingressos de capitais, por sua vez, têm-se mantido dentro das expectativas: segundo estimativas preliminares do Banco Central ingressaram no país, no primeiro semestre, 2 bilhões de dólares de empréstimos financeiros; 1 bilhão de dólares de financiamentos de agências internacionais e "suppliers-credits"; e 400 milhões de dólares de investimentos diretos. Em suma, caminhamos para o gradual reequilíbrio dos balanços comercial e de pagamentos, o qual, dependendo das circunstâncias, poderá ser alcançado no segundo semestre do ano que vem, ou em 1977.

QUADRO VIII

BALANÇO COMERCIAL

PERÍODO JANEIRO/MAIO (MIL DÓLARES)

	1974	1975	Variação (%)
Exportações FOB	2.480.363	3.477.737	+ 40,2
Importações FOB	4.583.051	5.028.034	+ 9,7
Deficit Comercial	2.102.688	1.550.297	- 26,3

Com o repertório internacional de crises e com a necessidade de debelar as violentas pressões inflacionistas do início do ano passado, era inevitável que algumas dificuldades atingissem certos setores da economia brasileira. A política do Governo tem sido a de atender aos setores mais afetados, como a indústria têxtil e de eletrodomésticos, com várias medidas de apoio monetário e de redução da carga fiscal. O importante a notar é que o nosso produto real continua crescendo, enquanto o de vários países se encontra em queda. E, sobretudo, que os nossos investimentos se mantêm em nível extremamente elevado, dentro das linhas traçadas no II PND. Para citar dois indicadores expressivos, a produção nacional de bens de capital, nos quatro primeiros meses de 1975,

situou-se cerca de 10% acima da correspondente a igual período do ano passado. E as importações de máquinas e equipamentos se elevaram em quantidade de 33%, não obstante o declínio no volume físico global das importações.

As preocupações do dia a dia com os problemas de conjuntura não nos levam a esquecer os problemas de estrutura. Os programas de investimento ora em curso, e as recentes descobertas de recursos naturais, sugerem que chegaremos à próxima década com uma economia bem mais sólida, e menos vulnerável às tormentas internacionais. A preocupação em estender a todas as classes os benefícios do desenvolvimento já foi claramente demonstrada com a nova fórmula de política salarial da Lei n.º 6.147, com a extensão da Previdência Social, com a criação do FAS, etc. Cuidamos, por outro lado, de desenvolver o modelo da grande empresa privada nacional, a fim de que nos projetos de grande envergadura possamos escapar do dilema: estatização versus desnacionalização. Nesse sentido, o diagnóstico básico é o de que as empresas privadas nacionais contam com muitas fontes para a obtenção de empréstimos, mas poucas para o aumento do capital, operando, em consequência, com uma relação dívida/capital exageradamente alta. A preocupação do Governo é, assim, a de desenvolver mecanismos que fortaleçam o capital das empresas, o mercado de ações e os investidores institucionais. Alguns dos primeiros passos já foram tomados, com a criação da IBRASA e da EMBRAMEC, com a destinação de 70% dos recursos dos Fundos 157 às empresas privadas nacionais, com o recente regulamento das sociedades de investimento com capital estrangeiro, com a criação do FINOR, do FINAM e do Fiset. Novas etapas virão com a reformulação da lei das sociedades anônimas, com a regulamentação dos fundos de pensão, etc.

Temos, em suma, vastos desafios a enfrentar. Mas os nossos recursos naturais e humanos, o dinamismo do nosso empresariado e o pragmatismo da política econômica certamente permitirão que solucionemos a difícil equação de transição que nos foi imposta pelo atual panorama mundial.